



Cleber A. R. Folgado

É graduando em Direito pela Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS. Militante do Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA/CLOC-Via Campesina, e da Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida, onde coordenou a Secretaria Operativa Nacional durante os anos de 2011 a 2013. É membro do Observatório da Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo, da Floresta e das Águas – OBTEIA/UnB, e da Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais na Bahia – AATR. Estudioso da legislação de agrotóxicos, com vasta experiência teórica e prática em agroecologia.

Contatos:

folgadompa@gmail.com

(75) 9 9882-2221 (WhatsApp)

“Dia desse”, recebi em um grupo de whatsapp uma piadinha antiga, volta e meia requeitada que diz: “- Estou inconsolável; choro copiosamente desde ontem. Recebi a notícia da morte do juiz José Bayer... não sei quem é, mas se “é bayer, é bom”.

Mais infame do que a piada é a realidade nela implícita, reveladora de que somos forçados a acreditar em tudo o que dita o capital pelos mais diversos meios de contaminação (seria comunicação?), mesmo que vivamos realidade diametralmente oposta, de um grotesco quadro de desigualdade social potencializada ainda mais no meio rural.

Este livro, escrito por competentes e corajosos abnegados, presta-se para aqueles que, de uma forma crítica e à luz do Direito, querem conhecer ou aprofundar o conhecimento da evolução da agricultura e sua influência na história da civilização humana; os interesses perversos do agronegócio e sua estreita relação com o agrotóxico, que não apenas envenenam “corações e mentes” - inclusive de gerações futuras -, mas também precarizam as relações de trabalho e interpessoais, exterminando a dignidade da pessoa humana.

Esta obra, obrigatoriamente deve ser lida por aqueles que se emocionam com as lágrimas contaminadas de uma mulher trabalhadora, cujas mãos calejadas da enxada, são tenras quando acalantam a família, que chora não por ela, mas pelas lágrimas também envenenadas do filho que abriga no colo ou de preocupação com aquele que traz no ventre.

Este livro deve ser lido por estudiosos e ativistas que, firmes na concretude dos princípios fundamentais da Constituição, “se armam” de antidotos jurídicos para fomentar ações concretas objetivando a construção de uma sociedade mais justa e solidária.

Quem sabe um dia esqueçamos da piada para concluirmos: - “BAY BAYER. É BOM! O trocadilho também é infame, mas não envenena!”

Mário Macedo Fernandes Caron – Desembargador, Ex-presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região.



Visite nossa loja virtual: www.lumenjuris.com.br

Cleber Adriano Rodrigues Folgado

DIREITO E AGROTÓXICO



Cleber Adriano Rodrigues Folgado
(Organizador)

DIREITO E AGROTÓXICO

Reflexões Críticas Sobre o Sistema Normativo

Prefácio: **Boaventura de Sousa Santos**
Apresentação: **Benedito Ferreira Marques**



Não existe uso seguro de agrotóxicos! A essa conclusão já chegamos no Fórum Baiano de Combate aos Agrotóxicos e não há como pensar diferente quando concluímos a leitura desse livro. Existem graves e inúmeros impactos à saúde da população e dos trabalhadores e ao meio ambiente, provocados pelo uso desses produtos. Por isso, essa obra será importante ferramenta de trabalho para os operadores do direito, nas áreas de meio ambiente, saúde, consumidor, direito do trabalho e tantos outros e, ainda, para os movimentos sociais militantes da causa e da proposta agroecológica como alternativa a este cenário de graves danos que vivenciamos. Todos os temas tratados de forma bastante elucidativa e aprofundada pelos autores se somam para instigar a todos, nos diversos cantos desse país, a lutar pelo Direito Humano a uma vida livre de agrotóxicos, à soberania alimentar e ao ambiente equilibrado para todos os povos desse planeta!

Luciana Khoury - Promotora de Justiça e Coordenadora do Fórum Baiano de Combate aos Agrotóxicos.

DIREITO E AGROTÓXICO
REFLEXÕES CRÍTICAS SOBRE O SISTEMA NORMATIVO

Editores

João de Almeida
João Luiz da Silva Almeida

Conselho Editorial

Adriano Pilatti
Alexandre Bernardino Costa
Alexandre Moraes da Rosa
Ana Alice De Carli
Anderson Soares Madeira
Beatriz Souza Costa
Bleine Queiroz Caúla
Caroline Regina dos Santos
Daniele Maghelly Menezes Moreira
Diego Araujo Campos
Elder Lisboa Ferreira da Costa
Emerson Garcia
Firty Nascimento Filho
Flávio Ahmed
Frederico Antonio Lima de Oliveira

Frederico Price Grechi
Geraldo L. M. Prado
Gina Vidal Marcilio Pompeu
Gisele Cittadino
Gustavo Noronha de Ávila
Gustavo Sénéchal de Goffredo
Helena Elias Pinto
Jean Carlos Fernandes
Jerson Carneiro Gonçalves Junior
João Carlos Souto
João Marcelo de Lima Assafim
João Theotonio Mendes de Almeida Jr.
José Emilio Medauar
José Ricardo Ferreira Cunha
Josiane Rose Petry Veronese
Leonardo El-Amme Souza e Silva da Cunha

Lúcio Antônio Chamon Junior
Luigi Bonizzato
Luis Carlos Alcoforado
Luiz Henrique Sormani Barbugiani
Manoel Messias Peixinho
Marcellus Polastri Lima
Marcelo Ribeiro Uchôa
Márcio Ricardo Staffen
Marco Aurélio Bezerra de Melo
Ricardo Lodi Ribeiro
Roberto C. Vale Ferreira
Salah Hassan Khaled Jr.
Sérgio André Rocha
Sidney Guerra
Victor Gameiro Drummond

Conselheiro benemérito: Marcos Juruena Villela Souto (*in memoriam*)

Conselho Consultivo

Andreya Mendes de Almeida Scherer Navarro
Antonio Carlos Martins Soares
Artur de Brito Gueiros Souza

Caio de Oliveira Lima
Francisco de Assis M. Tavares
Ricardo Máximo Gomes Ferraz

Filiais

Sede: Rio de Janeiro
Av. Presidente Vargas - n° 446 –
7° andar - Sala 705
CEP: 20071-000
Centro – Rio de Janeiro – RJ
Tel. (21) 3933-4004 / (21) 3249-2898

São Paulo (Distribuidor)
Rua Sousa Lima, 75 –
CEP: 01153-020
Barra Funda – São Paulo – SP
Telefax (11) 5908-0240

Minas Gerais (Divulgação)
Sergio Ricardo de Souza
sergio@lumenjuris.com.br
Belo Horizonte – MG
Tel. (31) 9296-1764

Santa Catarina (Divulgação)
Cristiano Alfama Mabilia
cristiano@lumenjuris.com.br
Florianópolis – SC
Tel. (48) 9981-9353

CLEBER ADRIANO RODRIGUES FOLGADO
(ORGANIZADOR)

DIREITO E AGROTÓXICO
REFLEXÕES CRÍTICAS SOBRE O SISTEMA NORMATIVO

Prefácio: Boaventura de Sousa Santos
Apresentação: Benedito Ferreira Marques

EDITORA LUMEN JURIS
RIO DE JANEIRO
2017

Copyright © 2017 by Cleber Adriano Rodrigues Folgado (organizador)

Categoria:

PRODUÇÃO EDITORIAL

Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: Alex Sandro Nunes de Souza

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.

não se responsabiliza pelas opiniões
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer
meio ou processo, inclusive quanto às características
gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais
constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895,
de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e
indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE

Direito e Agrotóxicos: Reflexões críticas sobre o sistema normativo. /

Organizador: Cleber Adriano Rodrigues Folgado ... [et. al.]. - 1. ed.
- Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2017.

312 p. ; 23 cm.

Bibliografia.

Possui gráficos.

ISBN: 978-85-8440-945-7

1. Engenharia Genética - Meio Ambiente. 2. Agrotóxicos. 3. Sistema
Normativo - Política Nacional. 4. Direito à Saúde. 5. Direito do Consumidor
- Agrotóxicos. I. Folgado, Cleber Adriano Rodrigues. II. Título.

CDD - 341.3478

“Se a Declaração dos Direitos Humanos não contém nenhuma garantia de que um cidadão possa ser protegido de venenos letais distribuídos quer por indivíduos particulares, quer por funcionários públicos, certamente é apenas porque nossos antepassados, apesar de sua considerável sabedoria e capacidade de previsão, não puderam conceber semelhante problema”.

Rachel Carson



Sumário

Dedicatória/Agradecimentos.....	VII
Prefácio.....	XIII
Apresentação.....	1
Capítulo 1 – Sistema Normativo de Agrotóxicos: Elementos de Contextualização Histórica e Reflexão Crítica.	5
<i>Cleber Adriano Rodrigues Folgado</i>	
Capítulo 2 – Agrotóxicos e Transgênicos: Um Olhar Crítico-Normativo Sobre a CTNBio.....	55
<i>Leonardo Melgarejo</i>	
<i>José Renato de O. Barcelos</i>	
<i>Rubens Onofre Nodari</i>	
Capítulo 3 – O Direito e a Saúde dos Trabalhadores Expostos a Agrotóxicos	87
<i>Leomar Daroncho</i>	
Capítulo 4 – Agrotóxicos, Violação de Direitos e Feminismo	117
<i>Ariane Kalinne Lopes de Souza</i>	
<i>Maria do Socorro Diógenes Pinto</i>	
<i>Tayse Ribeiro de Castro Palitot</i>	
Capítulo 5 – O Uso de Agrotóxicos Sob a Ótica Constitucional	139
<i>Gladstone Leonel Júnior</i>	
Capítulo 6 – Função Social da Propriedade e Uso de Agrotóxicos: Caminhos Inconciliáveis	157
<i>Tatiana Emília Dias Gomes</i>	
<i>Claudio Oliveira de Carvalho</i>	
<i>Alexandre Garcia Araújo</i>	

**Capítulo 7 – O Princípio da Função Socioambiental da Terra
em Matéria de Agrotóxicos e Suas Consequências Jurídicas177**

Hugo Belarmino de Moraes

William Bispo de Melo

**Capítulo 8 – Direito do Consumidor e Agrotóxicos:
Perspectiva Jusfundamental 203**

Agenor de Souza Santos Sampaio Neto

Corina Teresa Costa Rosa Santos

Taurino Araújo

Capítulo 9 – Direito Penal e Agrotóxicos227

Cláudio Silva Filho

Capítulo 10 – Os Agrotóxicos no Marco Legal Internacional 267

Marciano Toledo da Silva

Prefácio

Tenho o gosto de vos apresentar um livro importante e que tem uma história importante para mim. Começamos pelo fim. Conheci o Cleber Folgado há vários anos em Fortaleza, um jovem de origem camponesa pobre cursando Direito graças aos programas de acesso à universidade que os governos do Presidente Lula tinham criado. Eu tinha feito uma palestra na Universidade Federal e participávamos num colóquio sobre o tema dos agrotóxicos organizado pelo meu amigo Fernando Carneiro, então professor da Universidade de Brasília e cujo estágio de pós-doutoramento no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra tive o gosto de orientar. Fiquei impressionado com o Cleber, com seu entusiasmo militante nas discussões sobre a terra, os camponeses, o agronegócio, os agrotóxicos e a agroecologia. E também com a sua vontade de aprender e, sobretudo com a capacidade para encurtar distâncias entre pessoas. Ouvia-o e não deixava de pensar no conceito de intelectual orgânico de Gramsci. Estava perante um jovem ativista e intelectual saído do movimento camponês ansioso por tirar um curso de direito que lhe desse os instrumentos para defender os direitos da sua gente. Era talvez um intelectual de retaguarda, o tipo de intelectual-ativista que tenho vindo a propor nos meus trabalhos sobre as epistemologias do sul. Pouco tempo depois estávamos a planejar escrever um artigo juntos e se não fizemos até agora a culpa não é certamente do Cleber.

A apresentação que o Cleber faz de si próprio neste livro é eloquente e diz tudo: “Camponês, graduando em Direito pela Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS (Convênio UEFS -INCRA/Pronera. Turma Elizabeth Teixeira). Militante do Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA/CLOC-Via Campesina, e da Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida. Membro do Observatório da Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo, Floresta e das Águas – OBTEIA, e da Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais no Estado da Bahia – AATR. Dedicar-se, dentre outros temas, a estudar o sistema normativo de agrotóxicos.”

O livro que vos apresento tem a marca desta apresentação. É um livro sólido sobre um tema importante, mas é também um livro militante que pretende

ser objetivo mas não neutro ao tratar um tema com tanto impacto na vida dos camponeses e dos brasileiros em geral. Na sua maioria escrito por jovens profissionais empenhados, competentes e incutidos do espírito de cidadania ativa, de democracia real e de justiça social, este livro merece uma leitura atenta por várias razões.

A primeira razão tem a ver com a concepção de direito que por ele perpassa. Tal como o saudoso Roberto Lyra Filho, tenho vindo a estudar as condições em que o direito pode ser emancipatório, ou seja, posto ao serviço das lutas populares e suas causas. No meu livro mais recentemente publicado *Brasil (As Bifurcações da Ordem: a Revolução, Cidade, Campo e Indignação)*. São Paulo, Cortez Editora 2016) dedico o primeiro capítulo a este tema. Os textos reunidos neste livro mostram que a área dos agrotóxicos é um campo muito difícil para a mobilização emancipatória do direito. Nele convergem interesses muito poderosos na sociedade e na política brasileiras. Os que conhecem o meu trabalho sabem que a condição essencial para o direito poder ser emancipatório é a articulação entre a mobilização política e a mobilização jurídica ou judicial. Como esta é uma área de enorme desigualdade política, o livro tem o interesse de por à prova muitas das teorias que tenho vindo a defender.

A segunda razão do interesse do livro reside no tema em si. É um tema que nos afeta a todos nós, mesmo se os seus efeitos mais imediatos e violentos recaem nos camponeses que, afinal, em condições cada vez mais difíceis continuam a produzir os produtos de que nos alimentamos. Como se diz num dos textos, padrão desenvolvimentista que subjaz ao agronegócio e aos agrotóxicos provoca reflexos devastadores: o avançado processo de erosão genética; a degradação ambiental; o desequilíbrio e deterioração da agrobiodiversidade; o empobrecimento no campo; a concentração da terra; o êxodo rural; a dependência tecnológica e a gradual extinção das técnicas agrícolas tradicionais de cultivo utilizadas pelas populações camponesas, ameaçadas de verem desaparecer os seus preciosos conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade. Esse padrão predatório objetiva transpor a concepção da natureza como entidade regenerativa para um sistema que não possui capacidade intrínseca de autorregeneração e autossustentabilidade.

A terceira razão porque recomendo a leitura deste livro reside no facto de incluir uma perspectiva de análise que raramente se vê representada no tratamento deste tema. Refiro-me à perspectiva feminista. Um dos textos mostra como é fundamental perceber criticamente em que lugar da sociedade se insere

o mundo do direito, via de regra branco, androcêntrico, heteronormativo. Para depois salientar que as mulheres têm um papel determinante na luta contra a agricultura industrial devido à sua centralidade nas práticas que se opõem à lógica desta agricultura predadora. Em jeito de manifesto que não tenho dúvidas em subscrever, conclui que se os cuidados agroecológicos não são atividades das mulheres por uma assunção natural, mas sim, porque são as mulheres quem as pratica, então que as mulheres sejam visibilizadas como forma de superação de suas opressões de gênero.

Há ainda uma última razão para o interesse em ler este livro. Uma razão particularmente inquietante. O Brasil atravessa atualmente um período político particularmente conturbado em que muitas das conquistas de inclusão social obtidas no período anterior estão a ser postas em causa. É pois um período que se apresenta como sendo um período de ruptura. No entanto, este livro mostra as continuidades que atravessam o período mais recente. Afinal, o neoliberalismo trouxe consigo a tríplice aliança agronegócio-latifúndio-estado, uma aliança que se intensificou nos últimos dez anos. Onde estão as rupturas e onde estão as continuidades?

Por todas estas razões, recomendo vivamente a leitura deste livro.

Boaventura de Sousa Santos¹

1 Boaventura de Sousa Santos é Professor Catedrático Jubilado da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra e Distinguished Legal Scholar da Faculdade de Direito da Universidade de Wisconsin-Madison e Global Legal Scholar da Universidade de Warwick. É igualmente Diretor do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra; Coordenador Científico do Observatório Permanente da Justiça Portuguesa. Dirige atualmente o projeto de investigação ALICE - Espelhos estranhos, lições imprevistas: definindo para a Europa um novo modo de partilhar as experiências o mundo.